



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO TRABALHO DE GUARABIRA**

Equipe de Correição: Alexandre Roque Pinto (Juiz Auxiliar da Vice-Presidência e Corregedoria), Anna Beatriz Queiroga Lopes Meira de Araújo, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Rodrigo Cavalcante Barreto, Silvana Marsicano Franca e Vladimir Azevedo de Mello.

Jurisdição	Alagoa Grande, Alagoinha, Araçagi, Araruna, Areia, Bananeiras, Belém, Borborema, Cacimba de Dentro, Caiçara, Casserengue, Cuitegi, Dona Inês, Duas Estradas, Guarabira, Lagoa de Dentro, Logradouro, Mari, Mulungu, Piloes, Piloezinhos, Pirpirituba, Riachão, Serra da Raiz, Serraria, Sertãozinho, Solânea, Tacima
Normativo de criação	Lei nº 7.471, de 30/4/1986
Data de instalação	14/9/1987
Data da última correição	8 de abril de 2022
Período de correicionado	1º/3/2022 a 31/8/2023

Aos 19 de setembro de 2023, sob a supervisão da Excelentíssima Senhora Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora **MARGARIDA ALVES DE ARAÚJO SILVA**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da Vara do Trabalho de Guarabira, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 30/2023, publicado no publicado no DJET - Adm e Jud, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

A Desembargadora Corregedora, acompanhada do Juiz Auxiliar da Corregedoria, Alexandre Roque Pinto, e do Secretário da Corregedoria, Rodrigo Cavalcante Barreto, foram recebidos presencialmente, na sede da Vara, pela Juíza titular, Ana Claudia Magalhaes Jacob, pelo Diretor de Secretaria, Alvino Carneiro de Andrade Júnior, e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de 1º/3/2022 a 31/8/2023 (18 meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

## 1. ESTRUTURA FUNCIONAL

### 1.1 Magistrada Titular

Juíza Titular	Titularidade na Unidade
Ana Claudia Magalhaes Jacob	2/6/2023 - Ato TRT SGP nº 077/2023

Registre-se que, no período correicionado (março de 2022 a 31 de agosto de 2023 - 18 meses), atuaram na titularidade da Vara do Trabalho de Guarabira quatro magistrados. O Juiz, Antônio Cavalcante Neto, atuou na Unidade até o dia 26 de maio de 2022, quando foi removido, a pedido, para a 1ª Vara do Trabalho de João Pessoa/PB (Ato TRT SGP nº 068/2022). Em seguida, o Juiz André Wilson Avellar de Aquino atuou como titular, no período de 27 de maio de 2022 a 13 de dezembro de 2022 (Ato TRT 13 SGP nº 167/2022). A partir do dia 14 de dezembro até 1º de junho do corrente ano, esteve na titularidade o Juiz André Machado Cavalcanti (Ato TRT SGP nº 076/2023).

Atualmente, a Juíza Ana Cláudia Magalhães Jacob atua na Unidade Correicionada, a partir do dia 2 de junho do corrente ano, por meio do Ato TRT SGP nº 077/2023.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

### 1.3 Servidores lotados na Unidade

A Vara do Trabalho de Guarabira conta, atualmente, com **13** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Alvino Carneiro de Andrade Junior	Técnico Judiciário – Diretor de Secretaria	8/6/2023
Fernando Nicolau de Araújo	Técnico Judiciário – Assistente III	17/9/1991
Flávia Raquel Miranda Dias	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Titular	20/6/2023
Francisco Petrônio Alves	Secretario de Audiencia	7/3/2016
Germana Lucia Batista de Almeida	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Substituto	1º/4/1993
Glauco Vladimir Meira Costa	Técnico Judiciário – Calculista	6/10/2017
Guimualdo Barbosa de Farias	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	6/10/2017
Gustavo de Moraes Bittencourt	Analista Judiciário Oficial Justiça Avaliador Federal	2/7/2018
Jose Spartaco Cardoso	Analista Judiciário Oficial Justiça Avaliador Federal	6/10/2017
Roberto Barbosa Aguiar	Técnico Judiciário – Secretario de Audiencia	5/12/2016
Severino Artur da Silva	Técnico Judiciário – Calculista	1º/4/1993
Valter Luis de Souza Cavalcanti	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	1º/4/1993
Willane de Freitas Oliveira	Analista Judiciário – Assistente III	13/3/2017

A Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por faixa processual no sistema PJe, segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria. Informou, ainda, que os servidores da unidade, devidamente habilitados, utilizam, quando necessário, a ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em Primeira Instância - WIKI-VT, como auxílio para a tramitação dos processos.

## 2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: Hórus)

De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a Vara do Trabalho de Guarabira contabilizava, em 31/8/2023, um acervo processual de 1.866 processos:



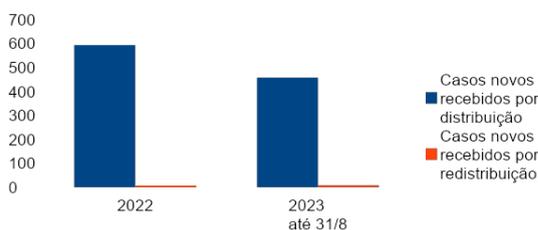
PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	442
Fase de Liquidação	146
Fase de execução	1268
Cartas precatórias e de ordem	10
<b>TOTAL</b>	<b>1.866</b>

## 2.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

### 2.1.1 Casos novos

Item	2022	2023 até 31/8
Casos novos recebidos por distribuição	592	457
Casos novos recebidos por redistribuição	7	8
<b>TOTAL</b>	<b>599</b>	<b>465</b>



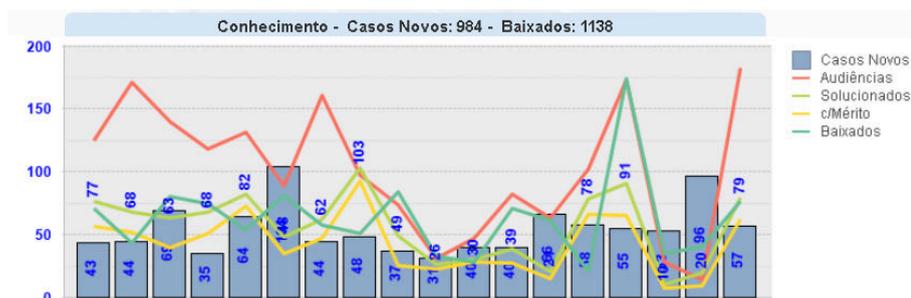
No período correccionado, há registro de cinco processos com sentenças anuladas e um processo com sentença reformada, ambos pela instância superior, abaixo relacionados.

Sentenças anuladas	Sentença reformada
0000113-67.2022.5.13.0010	0000290-02.2022.5.13.0010
0000112-82.2022.5.13.0010	
0000443-64.2022.5.13.0010	
0000580-46.2022.5.13.0010	
0000545-86.2022.5.13.0010	



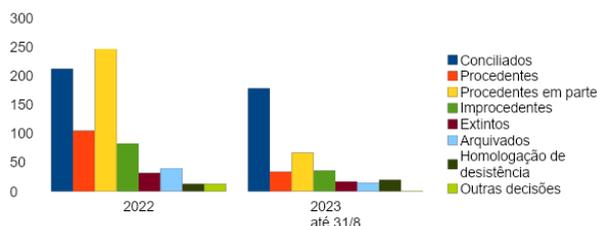
**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA REGIONAL**

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de conhecimento, no período correccionado (março/2022 a agosto/2023).



**2.2 Resolvidos na fase de conhecimento** (Fonte: Hórus)

Item	2022	2023 até 31/8
Conciliados	212	178
Procedentes	105	34
Procedentes em parte	246	67
Improcedentes	83	36
Extintos	32	17
Arquivados	40	15
Homologação de desistência	13	20
Outras decisões	13	1
<b>TOTAL</b>	<b>744</b>	<b>368</b>



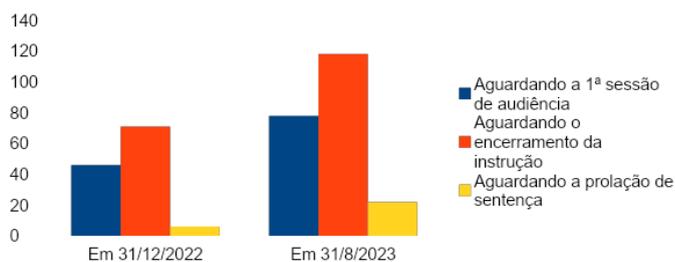


PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

### 2.3 Pendentes de solução (Fonte: Hórus)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	Em 31/12/2022	Em 31/8/2023
Aguardando a 1ª sessão de audiência	46	78
Aguardando o encerramento da instrução	71	118
Aguardando a prolação de sentença	6	22
<b>TOTAL</b>	<b>123</b>	<b>218</b>



### 2.4 Pendentes de finalização (Fontes: Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados\*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2022	2023 até 31/8	Variação (%)
Fase de conhecimento	548	442	-19,34%
Fase de liquidação	31	146	370,97%
Fase de execução	1.472	1.268	-13,86%

\*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

### 3. PANORAMA DE AUDIÊNCIAS

3.1 Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo.

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	30	294	68	63	49
Conciliação em conhecimento	13	29	12	24	8
Conciliação em Execução	37	49	22	16	0
Una	52	170	148	164	56
Instrução	71	76	114	71	32

Segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Unidade correicionada realiza audiências de terça a quinta -feira.

### 4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Fase de conhecimento	2022	2023 até 31/8
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	50	48
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	67	46
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	127	82
Da conclusão à prolação da sentença	21	13
Do ajuizamento até a prolação da sentença	146	86

5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

Item		2022	2023 até 31/8
Embargos de declaração	Recebidos	161	80
	Baixados	154	89
	<b>Pendentes</b>	<b>15</b>	<b>6</b>
Tutela Provisórias	Recebidos	35	30
	Apreciadas	32	29
	<b>Pendentes</b>	<b>2</b>	<b>-</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Liquidação/ Execução	Recebidos	53	33
	Baixados	44	27
	<b>Pendentes</b>	<b>10</b>	<b>12</b>

## 6. RECURSOS INTERPOSTOS (Fonte: Hórus)

1º/3/2022 a 31/8/2023			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	478	450	14
Recurso adesivo	17	16	-
Agravo de petição	126	111	2
<b>Total</b>	<b>621</b>	<b>577</b>	<b>16</b>

## 7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o ano-base **2022**: **133** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **164** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **153** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia **31/8** é de **58** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **130** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **94** dias. Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **146** dias, para o ano base de **2022** e de **86** dias, relativo a este ano de **2023**, até **31 de agosto**.

Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de **2022**, foi de **1.876** dias, e de **1.544** dias, referente ao exercício atual até o dia **31 de agosto**.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

## 8. NÚMERO DE PROCESSOS NA FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

Item	2022	2023 até 31/8
Execuções pendentes	1.526	1.268
Execuções iniciadas	291	236
Desarquivados	94	54
Recebidos de outros Órgãos	-	-
Execução de título extrajudicial	-	1
Execuções encerradas	609	303
Remetidos a outros Órgãos	-	-
Processos arquivados provisoriamente	151	33
<b>Total de processos pendentes de execução</b>	<b>1.268</b>	<b>1.197</b>



## 9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)

VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Sistema	2022	2023 até 31/8
Acordo	PJe	R\$ 4.731.544,03	R\$ 4.136.286,06
Espontâneo	PJe	R\$ 499.147,57	R\$ 450.627,68
Execução	PJe	R\$ 4.084.075,30	R\$ 3.515.091,83
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 9.314.766,90</b>	<b>R\$ 8.102.005,57</b>

VALORES ARRECADADOS (R\$)			
Item	Sistema	2022	2023 até 31/8



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Custas/Emolumentos	PJe	R\$ 125.938,68	R\$ 126.682,50
Contribuição previdenciária	PJe	R\$ 1.108.189,45	R\$ 1.006.884,15
Imposto de renda	PJe	R\$ 91.481,03	R\$ 21.743,38
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 1.325.609,16</b>	<b>R\$ 1.155.310,03</b>

## 10. DILIGÊNCIAS REALIZADAS PELOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

Verificou a Desembargadora Corregedora que, no período correicionado, foram distribuídas, no sistema PJe, 1.140 diligências por 02 oficiais de justiça avaliadores federais. Segundo informações prestadas pelo diretor de secretaria, as diligências são distribuídas de forma automática ao Meirinho para toda jurisdição, não havendo zoneamento, e a produtividade é alimentada no sistema SIGEP ONLINE, pelo oficial de justiça.

A produtividade do oficial de justiça, nos limites estabelecidos pela Recomendação TRT SCR nº 08/2013, apresenta-se assim demonstrada no período correicionado, no PJe:

<b>QUADRO DEMONSTRATIVO DE DILIGÊNCIAS NO PJe (1º/3/2022 a 31/8/2023)</b>			
Oficiais de Justiça	Diligências distribuídas	Diligências cumpridas	Diligências pendentes 14/9/2023 - às 11h30 (Setic)
Gustavo de Moraes Bittencourt	529	474	4
Jose Spartaco Cardoso	611	516	4

Fonte: Setic e PJe

## 11. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

### 11.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou a Desembargadora Corregedora que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

PERÍODO CORREICIONADO 1/3/2022 a 31/8/2023		
Item	Sistema	Quantidade
BACENJUD	PJe	374
INFOJUD	PJe	151
INFOSEG	PJe	102
RENAJUD	PJe	253
BNDT	Pendentes (PJe)	234
	Incluídos (PJe)	143

## 12. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

<b>Meta 1/2022 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente</b>	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	106,93%
Unidade Correicionada	<b>122,98%</b>

<b>Meta 1/2023 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	90,87%
Unidade Correicionada	<b>80,49%</b>

Para efeito de controle da **Meta 1/2023**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **457** casos novos (por distribuição) e **367** (primeiro julgamento), atingindo o percentual de 80,49%.

<b>Meta 2/2022 – Identificar e julgar, até 31/12/2022, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2020 nos 1º e 2º graus</b>	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	107,01% da Meta 2
	99,52% dos processos distribuídos até 31/12/2020
Unidade Correicionada	<b>107,11%</b> da Meta
	<b>99,61%</b> dos processos distribuídos até até 31/12/2020



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Meta 2/2023 – Identificar e julgar, até 31/12/2023, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2021 nos 1º e 2º graus</b>	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	107,29% da Meta 2
	99,77% dos processos distribuídos até 31/12/2021
Unidade Correicionada	<b>106,31%</b> da Meta 2
	<b>98,86%</b> dos processos distribuídos até 31/12/2021

<b>Meta 3/2022 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juizes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2019/2020, em 1 ponto percentual</b>	
IPC – Índice de processos conciliados – <b>índice de conciliação: 40%</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	87,47% da Meta 3
	34,99% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	<b>89,61%</b> da Meta 3
	<b>35,85%</b> de índice de conciliação

<b>Meta 3/2023 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juizes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2020/2021, em 1 ponto percentual</b>	
IPC – Índice de processos conciliados – <b>índice de conciliação: 40%</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	88,92% da Meta 3
	35,57% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	<b>141,57%</b> da Meta 3
	<b>56,63%</b> de índice de conciliação

<b>Meta 5/2022 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 2 pontos percentuais, exceto execuções fiscais, em relação a 2021.</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	139,89%
Unidade Correicionada	<b>121,88%</b>

<b>Meta 5/2023 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 1 ponto percentual, exceto execuções fiscais, em relação a 2021.</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	89,53%
Unidade Correicionada	<b>93,10%</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Indicadores								
Período	BaixCon	BaiExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL	
2023-01	28	127	311	450	91,74	77,99	83,08	
2023-02	71	64	280	400	73,88	67,68	70,10	
2023-03	61	63	285	432	64,04	62,97	63,40	
2023-04	21	25	321	444	63,94	61,41	62,45	
2023-05	174	94	201	350	36,15	48,41	43,08	
2023-06	35	34	219	352	35,96	46,38	41,74	
2023-07	41	30	274	333	38,87	43,25	41,15	
2023-08	77	44	254	315	33,33	39,57	36,52	

### 13. AFERIÇÃO DE DESEMPENHO EM ÂMBITO NACIONAL - IPC-Jus e Igest

O índice de produtividade comparada da Justiça (IPC-Jus), apresentado anualmente no relatório “Justiça em Números” do CNJ, busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais em um escore único, ao comparar a eficiência otimizada com a aferida em cada unidade judiciária, a partir da técnica de Análise Envoltória de Dados (Data Envelopment Analysis - DEA). Tal método permite comparações entre tribunais do mesmo ramo de justiça, independentemente de seu porte, considerando o que foi produzido a partir dos recursos ou insumos disponíveis para cada tribunal.

Embora os dados individualizados por vara do trabalho não sejam fornecidos pelo CNJ, considerando-se as variáveis analisadas pelo órgão, que são o Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), o Índice de Produtividade dos Servidores (IPS), a Despesa Total do Tribunal e a Taxa de Congestionamento Líquida (TCL), o que se observa é que o fator principal a ser buscado pelas unidades judiciárias de primeiro grau é o aumento do quantitativo de processos baixados, obtido com o incremento da produtividade de magistrados e servidores. Observa-se, dos dados a seguir apresentados, um aumento no quantitativo de processos baixados pela unidade correicionada, no que se refere à fase de conhecimento, entre os anos de 2021, 2022, e 2023, proporcionalmente. Com relação à fase de execução, houve uma diminuição no quantitativo de processos baixados entre os anos de 2021 e 2022, e aumento em 2023, proporcionalmente.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Processos baixados	2021	2022	2023 até 31/8
Fase de conhecimento	507	706	508
Fase de execução	1947	527	490

Em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - Igest, a Vara do Trabalho de Guarabira encontra-se na **414ª colocação**, entre as 1.570 varas do país (**2º quartil**).

Já no quadro comparativo entre as 3 mais bem colocadas Varas do Trabalho do país com quantitativo de casos novos entre 751 e 1000 (108 varas no total), a unidade correicionada encontra-se com as seguintes colocações, conforme os mesoindicadores (período de referência 1º/7/2022 a 30/6/2023):

TRT/Vara	IGEST	Acervo peso 0,2	Celeridade peso 0,2	Produtividade peso 0,2	Tx congest peso 0,2	Força de trabalho peso 0,2
18ª Região - GO 1ª VT de Mineiros	1º	5º	15º	19º	2º	2º
3ª Região - MG 1ª VT de Nanuque	2º	1º	4º	54º	1º	17º
3ª Região - MG 1ª VT de Caratinga	3º	2º	2º	47º	3º	15º
<b>13ª Região - PB VT de Guarabira</b>	<b>46º</b>	<b>55º</b>	<b>63º</b>	<b>41º</b>	<b>38º</b>	<b>65º</b>

São apresentadas, ainda, as seguintes variáveis para as Varas do Trabalho acima indicadas (período de referência de 1º/7/2022 a 30/6/2023 - atualizado em 27/7/2023):



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

TRT/Vara	IGEST	Prazo na fase de conhecimento	Prazo na fase de liquidação	Prazo na fase de execução
18ª Região - GO 1ª VT de Mineiros	1º	61,44	164,5	775,56
3ª Região - MG 1ª VT de Nanuque	2º	47,82	38,26	620,12
3ª Região - MG 1ª VT de Caratinga	3º	33,27	51,9	566,78
<b>13ª Região - PB VT de Guarabira</b>	<b>46º</b>	<b>89,76</b>	<b>90,5</b>	<b>1861,32</b>

TRT/Vara	IGEST	Baixados na fase de conhecimento	Baixados na fase de execução	Servidores ativos
18ª Região - GO 1ª VT de Mineiros	1º	805	589	9
3ª Região - MG 1ª VT de Nanuque	2º	522	276	9
3ª Região - MG 1ª VT de Caratinga	3º	749	270	11
<b>13ª Região - PB VT de Guarabira</b>	<b>46º</b>	<b>751</b>	<b>634</b>	<b>13</b>

Observando os mesoindicadores do e-Gestão, pode-se fazer o comparativo entre os períodos de referência de um ano cada, finalizados nos meses de setembro/2022, dezembro/2022 (após reprocessamento das cargas do e-Gestão), março/2023 e junho/2023, estando a Vara do Trabalho de Guarabira nas seguintes colocações entre todas as 1.570 varas do país (consulta realizada em 14 de setembro de 2023):

MÊS	IGEST	Acervo	Celeridade	Produtividade	Taxa de congestionamento	Força de trabalho
setembro 22	<b>523º</b>	<b>331º</b>	<b>700º</b>	<b>476º</b>	<b>539º</b>	<b>932º</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

MÊS	IGEST	Acervo	Celeridade	Produtividade	Taxa de congestionamento	Força de trabalho
dezembro 22	407°	403°	833°	73°	504°	927°
março 23	420°	304°	686°	514°	349°	825°
junho 23	414°	309°	624°	522°	387°	877°

## JUÍZES

### 14. AFASTAMENTO DE JURISDIÇÃO

#### Juíza Titular

ANA CLÁUDIA MAGALHÃES JACOB			
Motivação	Fonte	Período	Dias
Férias	SAOAdm	26/6/2023 a 25/7/2023	30
Licença saúde	SAOAdm	20/4/2023 a 18/6/2023	60

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face da Magistrada titular e dos demais Juízes que atuaram na Vara durante o período correicionado.

#### 14.1 Audiências realizadas (1º/3/2022 a 31/8/2023)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Magistrado</b>	Una	Enc. Instr	Instrução/ julgamento	Inicial	Conciliação Conhecimento	Conciliação Execução	Total
Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque	24	-	3	14	6	8	55
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	1	-	1	-	-	-	2
Ana Claudia Magalhaes Jacob	44	-	37	115	9	18	223
Ana Paula de Carvalho Scolari	16	-	9	9	1	-	35
Antonio Cavalcante da Costa Neto	5	17	57	163	21	59	322
Paulo Nunes de Oliveira	-	1	-	17	-	-	18
Aercio Pereira de Lima Filho	1	-	-	-	-	1	2
Fernando Luiz Duarte Barboza	-	-	-	-	2	4	6
Andre Machado Cavalcanti	158	6	105	109	38	47	463
Luiz Antonio Magalhaes	-	-	58	43	-	2	103
Francisca Poliana A. Rocha de Sa	2	-	-	-	-	-	2
Alisson Almeida de Lucena.	7	-	-	-	2	-	9
Lindinaldo Silva Marinho	6	-	2	4	7	7	26
Andre Wilson Avellar de Aquino	328	4	92	47	25	66	562
Mariana Petit Horácio de Brito	-	-	1	-	-	-	1

#### 14.2 Incidentes julgados (1º/3/2022 a 31/8/2023)

<b>Magistrados</b>	<b>Embargos de declaração</b>	<b>Antecipação de tutela</b>	<b>Liquidação / Execução</b>	<b>Total</b>
Antonio Cavalcante da Costa Neto	38	10	9	57
Ana Paula de Carvalho Scolari	7	-	-	7
Ana Claudia Magalhaes Jacob	24	10	11	45
Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque	3	-	-	3
Solange Machado Cavalcanti	-	1	-	1
Lindinaldo Silva Marinho	9	-	2	11
Aercio Pereira de Lima Filho	-	1	-	1
Andre Wilson Avellar de Aquino	48	16	24	88
Mariana Petit Horácio de Brito	9	-	1	10



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Paulo Nunes de Oliveira	-	-	1	1
Luiz Antonio Magalhaes	15	3	2	20
Andre Machado Cavalcanti	60	17	10	87
Marcelo Rodrigo Carniato	-	1	-	1

**15. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS – solucionados** (Fonte: Hórus)

**15.1. Processos solucionados**

Magistrados	Com Exame do mérito					Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência /Outras Decisões	
Alisson Almeida de Lucena.	2	-	1	1	-	-	-	-	4
Ana Claudia Magalhaes Jacob	63	9	4	5	-	6	8	12	107
Ana Paula de Carvalho Scolari	7	5	12	-	-	-	-	-	24
Andre Machado Cavalcanti	115	24	57	31	2	9	7	9	254
Andre Wilson Avellar de Aquino	98	77	81	30	-	13	17	8	324
Antonio Cavalcante da Costa Neto	39	7	54	20	-	18	4	7	149
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	-	-	2	-	-	-	-	-	2
George Falcão Coelho Paiva	-	-	1	1	-	-	-	-	2
Lindinaldo Silva Marinho	10	-	11	3	-	-	-	-	24



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Luiz Antonio Magalhaes	23	8	27	4	-	-	5	1	68
Mariana Petit Horácio de Brito	-	-	7	1	-	-	-	-	8
Paulo Nunes de Oliveira	1	5	-	2	-	1	-	6	15
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque	12	1	12	3	1	2	-	1	32

No período de junho a agosto do corrente ano, a Juíza Ana Cláudia Magalhães Jacob laborou 44 dias, tendo em vista que esteve em gozo de licença saúde por 30 dias, a contar de sua remoção para atuar na Unidade correicionada como Juíza titular, perfazendo uma média de produção correspondente a 2,43 processos/dia. Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, não é razoável aqui se registrar a média de produção em razão da intermitência de atuação.

**15.2 Processos solucionados por classe processual** (Fonte: Hórus)

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	536
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	350
Homologação da Transação Extrajudicial	70
Consignação em Pagamento	26
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	12
Embargos de Terceiro Cível	11
Ação de Cumprimento	4



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Alvará Judicial - Lei 6858/80	2
Ação Civil Coletiva	2
Mandado de Segurança Cível	1

**16. SENTENÇAS LÍQUIDAS** (Fonte: Hórus)

Magistrados	Sentenças líquidas	%
Paulo Nunes de Oliveira	-	0%
Ana Claudia Magalhaes Jacob	10	76,92%
Luiz Antonio Magalhães	33	94,29%
Mariana Petit Horácio de Brito	-	0%
Lindinaldo Silva Marinho	2	18,18%
Ana Paula de Carvalho Scolari	1	5,88%
Antonio Cavalcante da Costa Neto	60	98,36%
George Falcão Coelho Paiva	-	0%
Andre Wilson Avellar de Aquino	46	29,11%
Andre Machado Cavalcanti	57	70,37%
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	-	0%
Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque	3	23,08%
Alisson Almeida de Lucena	-	0%

**17. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL**

Magistrados	Total
Alisson Almeida de Lucena	4
Ana Claudia Magalhaes Jacob	107
Ana Paula de Carvalho Scolari	24
Andre Machado Cavalcanti	254
Andre Wilson Avellar de Aquino	323
Antonio Cavalcante da Costa Neto	149
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	2
George Falcão Coelho Paiva	2
Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque	32



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Lindinaldo Silva Marinho	22
Luiz Antonio Magalhães	68
Mariana Petit Horácio de Brito	8
Paulo Nunes de Oliveira	15

**17.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 14 dias**

Magistrados	Dias
Paulo Nunes de Oliveira	10
Ana Claudia Magalhaes Jacob	12
Luiz Antonio Magalhães	11
Mariana Petit Horácio de Brito	14
Lindinaldo Silva Marinho	41
Ana Paula de Carvalho Scolari	51
Antonio Cavalcante da Costa Neto	16
George Falcão Coelho Paiva	11
Andre Wilson Avellar de Aquino	12
Andre Machado Cavalcanti	12
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	53
Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque	11
Alisson Almeida de Lucena	3
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	57

**18. OBSERVATÓRIO**

No período compreendido entre a data designada para a correção do ano de 2022 e a presente correção, foi realizado o único ciclo do Observatório de 2022, no mês de outubro, tendo o então Juiz Titular da unidade correicionada, André Wilson Avellar de Aquino, enviado resposta em 01/02/2023, alegando que a unidade tem envidado esforços para pautar processos com potencial conciliatório, com o objetivo de atingir a Meta 3 do CNJ, o que pode ser observado pela Corregedoria Regional neste exercício de 2023, vez que a



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

unidade atingiu em agosto deste ano o percentual de 56,63% de conciliação, o que corresponde a 141,57% da Meta 3.

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio da intranet do TRT13, seguindo caminho descrito: -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição -> Observatório Dashboard.

### 19. PROJETO GARIMPO

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT SCR 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foi registrado o seguinte, entre março de 2022 e agosto de 2023 - 18 meses:

Movimentação	Valor total
Pagamento em favor do perito	R\$ 652,76
Pagamento em favor do reclamado	R\$ 57.731,42
Pagamento em favor do reclamante	R\$ 17.356,09
Recolhimento de contribuições previdenciárias	R\$ 6.445,46
Recolhimento de custas processuais	R\$ 113,15
Valor transferido para outro processo trabalhista da mesma Vara do Trabalho	R\$ 1.809,75
Valor transferido para outro processo trabalhista de outra Vara do Trabalho	R\$ 482,55
<b>Total</b>	<b>R\$ 84.591,78</b>

Reforça-se a observância da Recomendação TRT13 SCR 004/2019, a fim de que, ao arquivamento dos autos, proceda à conferência de inexistência de contas com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, evitando-se o ocorrido, por exemplo, nos processos 0001083-77.2016.5.13.0010, 0130860-52.2015.5.13.0010, 0130224-23.2014.5.13.0010 e 0000416-86.2019.5.13.0010.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

A Corregedora destaca a necessidade de que sejam adotadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.

## 20. CAPACITAÇÃO

O Ato TRT13 SCR Nº 28/2022 destaca, como item a ser incluso na ata de correição, a participação em cursos por magistrados e servidores. Segundo informações prestadas pela Ejud (PROAD Nº 1882/2023), a Juíza titular, Ana Cláudia Magalhães Jacob, não participou, no exercício anterior, de cursos voltados à conciliação, mediação e à efetividade da execução, apenas se fez presente em cursos de formação continuada, pelo período mínimo de 30 horas-aula por semestre (art. 3º da Resolução ENAMAT nº 09/2011), abaixo relacionados:

Magistrada	Descrição
<b>ANA CLÁUDIA MAGALHÃES JACOB</b>	CFC sobre Produção e Análise de Prova Digitais no Processo do Trabalho- Proad 4581/22 - de 7/3 a 20/4 - 30h Seminário Abril Verde no TRT - Proad 4014/22 - 20/abril - 2h/a Seminário sobre Normas Internacionais Trabalhistas na Perspectiva da Recomendação 123/2022 do CNJ - Proad 5423/2022 WORKSHOP "Gestão de Vara do Trabalho: Pje e E-gestão na prática" - Proad 9061/2022 - 14,24 e 28/OUT - 16h/a CFC sobre Sistemas de Pesquisas de Bens e Pessoas

Os servidores, Francisco Petrônio Alves, Valter Luis de Souza Cavalcanti e Willane de Freitas Oliveira, lotados na Unidade correicionada, não participaram de capacitações, consoante informado pela Ejud (PROAD Nº 1882/2023) e Segepe (PROAD 2478/2023), em 2022. Os demais servidores, abaixo



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

relacionados, estiveram presentes em capacitações durante o exercício anterior.

<b>Servidores</b>	<b>Descrição</b>
<b>ALVINO CARNEIRO DE ANDRADE JUNIOR</b>	TRT - WORKSHOP GESTÃO DE VARA DO TRABALHO: PJE E E-GESTÃO NA PRÁTICA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO - MODALIDADE HÍBRIDA  TRT - SEMINÁRIO SOBRE NORMAS INTERNACIONAIS TRABALHISTAS NA PERSPECTIVA DA RECOMENDAÇÃO 123/2022 DO CNJ / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO / EM FORMATO HÍBRIDO
<b>FERNANDO NICOLAU DE ARAÚJO</b>	TRT - NOVAS FUNCIONALIDADES DA VERSÃO 2.7 DO PJE / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO
<b>FLÁVIA RAQUEL MIRANDA DIAS</b>	TRT - WORKSHOP GESTÃO DE VARA DO TRABALHO: PJE E E-GESTÃO NA PRÁTICA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO / PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL
<b>GERMANA LUCIA BATISTA DE ALMEIDA</b>	CURSO PARA ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DOS DEPÓSITOS JUDICIAIS - SISTEMA GARIMPO - VERSÃO 2.2.7 - PARTE NEGOCIAL / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 21a REGIÃO
<b>GLAUCO VLADIMIR MEIRA COSTA</b>	PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA AGO/2022) / ENAP  TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO
<b>GUIMUALDO BARBOSA DE FARIAS</b>	CURSO PARA ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DOS DEPÓSITOS JUDICIAIS - SISTEMA GARIMPO - VERSÃO 2.2.7 - PARTE NEGOCIAL / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 21a REGIÃO  TRT - NOVAS FUNCIONALIDADES DA VERSÃO 2.7 DO PJE / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO
<b>GUSTAVO DE MORAIS BITTENCOURT</b>	PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA JAN/2022) / ENAP
<b>JOSE SPARTACO CARDOSO</b>	PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA JAN/2022) / ENAP  FUNDAMENTOS DA LGPD (TURMA JAN/2022) / ENAP  INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA JAN/2022) / ENAP
<b>ROBERTO BARBOSA AGUIAR</b>	TRT - ÉTICA, INOVAÇÃO E CRIATIVIDADE - TURMA 1/2022 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO  TRT - IDENTIDADE DE GÊNERO: HISTÓRIAS, CONCEITOS E TRAJETÓRIAS - TURMA 1/2022 (AUTOINSTRUCIONAL) /



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - IGUALDADE E INCLUSÃO RACIAL NO JUDICIÁRIO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - INTRODUÇÃO A TEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL - TURMA 1/2022 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - LÍNGUA, PROCESSO TRABALHISTA E ACESSIBILIDADE - TURMA 1/2022 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - PROFISSÕES REGULAMENTADAS - EMPREGADOS DOMÉSTICOS, TRABALHADORES RURAIS E MOTORISTAS PROFissionais (MÓDULO I) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - PROFISSÕES REGULAMENTADAS - REVISÃO E ATUALIZAÇÃO - MÓDULO II - TURMA 1/2022 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - SISTEMA AUD 4 RELATIVA A INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p>
SEVERINO ARTUR DA SILVA	PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA DEZ/2021) / ENAP

## 21. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

Foram analisados 30 processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT13 SCR nº 028/2022, havendo a prolação de 15 despachos correicionais no PJe.

Concede a Desembargadora Corregedora o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

Segundo informações prestadas pelo supervisor da Ouvidoria, conforme artigo 2º, II, a, do Ato TRT SCR nº 067/2020, houve um registro de manifestação, nos últimos seis meses, na unidade correicionada, devidamente solucionado.

## 22. RECOMENDAÇÕES

### À magistrada

#### 1. Recomendações gerais



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

- a) adotar o procedimento de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;
- b) observar as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013 no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico [sentenças.dsst@mte.gov.br](mailto:sentenças.dsst@mte.gov.br) do Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia para o endereço eletrônico [insalubridade@tst.jus.br](mailto:insalubridade@tst.jus.br), a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização;
- c) diligenciar nos processos em execução encaminhados ao arquivo provisório ou sobrestados em decorrência do deferimento da recuperação judicial, de modo que, com o seu encerramento ou com o encerramento da quebra em que ela tenha sido convolada (art. 156 e seguintes da Lei 11.101/2005), seja retomado o prosseguimento, para cobrança dos créditos que não tenham sido totalmente satisfeitos (art. 114 da Consolidação dos Provimentos da CGJT);
- d) visitar os processos que se encontram em arquivo provisório ou sobrestados com execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas por meio da utilização dos sistemas Sisbajud, Renajud, Infojud, Infoseg, CCS, Serasajud, CNIB, CENSEC, entre outros, conforme disciplinamento do art. 108, III, da Consolidação dos Provimentos da CGJT.

## **2. Recomendações específicas**

- a) incluir em pauta processos na fase de execução em que se verifique potencial conciliatório (art. 108, II, da Consolidação dos Provimentos da CGJT e Recomendação TRT13 SCR nº 003/2021);
- b) concentrar esforços para imprimir urgente redução do resíduo de processos na fase de execução, de forma a diminuir a taxa de congestionamento, sobretudo por meio do uso dos sistemas eletrônicos (Sisbajud, Renajud, Infojud, Infoseg, CCS, Serasajud, CNIB, CENSEC, entre outros), contribuindo para que a unidade correicionada atinja a Meta 5/2023 do CNJ;



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

- c) observar os termos da Consolidação dos Provimentos da CGJT e Recomendação TRT13 SCR Nº 007/2022 no que se refere aos procedimentos a serem seguidos na fase de execução - determinações de reunião, suspensão/sobrestamento, e arquivamento definitivo dos autos, o que decerto contribuirá para que a unidade atinja a Meta 5/2023 do CNJ;
- d) participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução;
- e) intensificar esforços para a redução do número de processos pendentes de solução (itens 90060, 90061, 90062 do e-Gestão), que são 245 processos, conforme consulta realizada no *Hórus* em 18/09/2023, a fim de que a unidade correicionada atinja a Meta 2/2023 do CNJ até o final do presente exercício.

**Ao Diretor de Secretaria**

- a) monitorar os relatórios fornecidos pelo *Hórus* e e-Gestão, a fim de verificar possíveis inconsistências na alimentação de dados pela Unidade, e corrigi-las;
- b) observar as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;
- c) orientar a equipe para executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados, a exemplo dos processos 0000512-04.2019.5.13.0010 (deve a unidade verificar os expedientes em aberto), 0000006-33.2016.5.13.0010, 0000418-51.2022.5.13.0010, 0000566-62.2022.5.13.0010, e 0000016-43.2017.5.13.0010;
- d) orientar a equipe a incluir no GIGS a atividade "Acordo", e no campo "observações", relacionar as parcelas do acordo restantes para o cumprimento total da obrigação, nos termos da Recomendação TRT 13 SCR nº 004/2023. Já no campo "prazo", preencher a data de vencimento da parcela mais próxima, acrescentando-se 05 (cinco) dias, evitando o ocorrido nos processos 0000047-53.2023.5.13.0010, 0000333-65.2022.5.13.0010,



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

0000303-30.2022.5.13.0010, 0000250-15.2023.5.13.0010, e  
0000262-29.2023.5.13.0010;

e) orientar a equipe a observar as recomendações editadas pela Corregedoria Regional, em especial a Recomendação TRT13 SCR Nº 004/2019 (Projeto Garimpo), de forma que, como condição de arquivamento de processo judicial, em qualquer fase, seja certificada a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, o que deve ser minuciosamente analisado pela unidade, evitando o ocorrido nos processos 0001083-77.2016.5.13.0010, 0130860-52.2015.5.13.0010, 0130224-23.2014.5.13.0010 e 0000416-86.2019.5.13.0010;

f) orientar a equipe a observar os termos da Recomendação TRT13 SCR 007/2022, atinente ao procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de ofícios precatório/RPV, bem como registros de pagamento, acrescentando, no campo “Descrição” do expediente, o nome da parte beneficiária, a fim de facilitar a pesquisa no caderno processual, evitando-se o ocorrido nos processos 0000862-89.2019.5.13.0010, e 0000376-02.2022.5.13.0010.

**Aos(às) servidores(as)**

a) executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados;

b) participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução;

c) proceder ao lançamento, com regularidade, no sistema PJe, dos pagamentos e levantamentos de créditos trabalhistas, inclusive daqueles decorrentes do pagamento de acordos, bem como os recolhimentos fiscais, previdenciários e de custas, tanto na fase de conhecimento como na de execução, observando o registro correto dos valores e a discriminação dos beneficiários, evitando-se o ocorrido, por exemplo, nos processos



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

0000333-65.2022.5.13.0010, 0000303-30.2022.5.13.0010, e  
0000030-22.2020.5.13.0010;

d) observar as recomendações editadas pela Corregedoria Regional, em especial a Recomendação TRT13 SCR Nº 004/2019 (Projeto Garimpo), de forma que, como condição de arquivamento de processo judicial, em qualquer fase, seja certificada a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, o que deve ser minuciosamente analisado pela unidade, evitando o ocorrido nos processos 0001083-77.2016.5.13.0010, 0130860-52.2015.5.13.0010, 0130224-23.2014.5.13.0010 e 0000416-86.2019.5.13.0010;

e) utilizar o Gigs para controle de prazos e cadastro de tarefas, procedendo ao registro de cumprimento, para melhor identificação das atividades realizadas, evitando o ocorrido nos processos 0000512-04.2019.5.13.0010, 0130109-65.2015.5.13.0010, 0000418-51.2022.5.13.0010, 0000566-62.2022.5.13.0010, 0000841-50.2018.5.13.0010, e 0000512-04.2019.5.13.0010, com Gigs vencido ou sem Gigs;

f) observar o estabelecido no Ato CGJT nº 01, de 21 de janeiro de 2022, quanto à prática de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso, evitando o ocorrido nos processos 0000512-04.2019.5.13.0010, e 0000006-33.2016.5.13.0010;

g) aos oficiais de justiça, providenciar a regularização das diligências pendentes de cumprimento no PJe, regularizando as devoluções, a exemplo de mandados que tenham perdido o objeto.

### **23. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante dessas considerações, a Desembargadora Corregedora constata que a Vara do Trabalho de Guarabira permanece buscando o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, a fim de atingir os índices obtidos por unidades judiciárias de idêntico porte.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Registra, com satisfação, o cumprimento das Metas 1 (122,98%), 2 (107,01%) e 5 de 2022 (121,88%), pelo que parabeniza os servidores e magistradas pelo trabalho desempenhado.

De igual modo, observa a Corregedora o excelente índice de conciliação (56,63%), o que reflete no cumprimento parcial da Meta 3 do CNJ neste exercício de 2023, que vem apresentando o percentual de 141,57%, recomendando à magistrada a manutenção do desempenho até o final deste exercício.

Destaca-se, também, que embora tenha ocorrido a redução do tempo médio de duração do processo na fase de execução, que passou de 1.876 dias em 2022 para 1.544 dias, relativo a este ano de 2023, até 31 de agosto, deve a unidade correicionada envidar esforços para reduzir ainda mais o prazo, mediante o incremento do uso das ferramentas de efetividade da execução e reanálise dos processos que encontram-se suspensos e arquivados provisoriamente.

Tratando-se do Igest, ocupa a Vara do Trabalho de Guarabira a 414ª colocação, recomenda-se, portanto, que a unidade judiciária vele pelo acompanhamento constante dos indicadores que foram o índice, com objetivo de proporcionar aos jurisdicionados a célere entrega da prestação jurisdicional, cumprindo a garantia de duração razoável do processo.

Pontua-se, por fim, que é de grande relevância a participação da magistrada e servidores em capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional, especialmente aquelas relacionadas à mediação, conciliação e execução, em conformidade com o Ato TRT13 SCR N° 28/2022.

Nada mais havendo a tratar, dar-se por encerrados os trabalhos nesta data, e eu, Rodrigo Cavalcante Barreto, Secretário da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pela Desembargadora Corregedora, que deixa assinado o prazo de 08 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, oferecer suas considerações.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

---

A presente Ata será publicada no DEJT, disponibilizada no PjeCor, e inserida na página oficial da Corregedoria Regional na Internet.

**MARGARIDA ALVES DE ARAÚJO SILVA**  
**Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

---

**ANEXO**

**VISTOS**

0000500-19.2021.5.13.0010	0000047-53.2023.5.13.0010	0000362-18.2022.5.13.0010
0000415-33.2021.5.13.0010	0000001-40.2018.5.13.0010	0000307-04.2021.5.13.0010
0000209-19.2021.5.13.0010	0000004-24.2020.5.13.0010	0000841-50.2018.5.13.0010
0000146-57.2022.5.13.0010	0000244-08.2023.5.13.0010	0000376-02.2022.5.13.0010
0000063-46.2019.5.13.0010	0000007-13.2019.5.13.0010	0000219-34.2019.5.13.0010

**DESPACHOS CORREICIONAIS**

0000333-65.2022.5.13.0010	0000303-30.2022.5.13.0010	0000512-04.2019.5.13.0010
0000862-89.2019.5.13.0010	0000006-33.2016.5.13.0010	0000030-22.2020.5.13.0010
0000250-15.2023.5.13.0010	0130109-65.2015.5.13.0010	0000418-51.2022.5.13.0010
0000566-62.2022.5.13.0010	0000367-40.2022.5.13.0010	0000419-36.2022.5.13.0010
0000323-89.2020.5.13.0010	0000262-29.2023.5.13.0010	0000016-43.2017.5.13.0010